



JORNAL OFICIAL

Quinta-feira, 22 de julho de 2021

I

Série

Número 131

2.º Suplemento

Sumário

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E SECRETARIA REGIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA

Portaria n.º 409/2021

Autoriza a distribuição dos encargos orçamentais relativos à empreitada denominada “EMP-C/1/2021 - Empreitada de Infraestruturas e Construção de 54 fogos em São Gonçalo - 3.ª Fase - Funchal”, no valor global de € 7.200.000,00.

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

Portaria n.º 410/2021

Autoriza a redistribuição dos encargos orçamentais da Portaria n.º 144/2021, de 30 de março, publicada no 2.º Suplemento do Jornal Oficial, I Série, n.º 58, referentes ao procedimento de “Conservação Corrente por Contrato - Rede Viária Regional - 2021/2024. Serviços Auxiliares de Fiscalização”.

SECRETARIA REGIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA

Portaria n.º 411/2021

Altera o Regulamento do Fundo de Apoio à Economia Social - Social Ajuda + 2021.

**VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E
SECRETARIA REGIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E
CIDADANIA**

Portaria n.º 409/2021

de 22 de julho

Dando cumprimento ao disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, na sua redação atual e no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, e para efeitos do disposto no artigo 30.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2020/M, de 31 de dezembro, na sua redação atual, manda o Governo Regional, através do Vice-Presidente do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares e da Secretária Regional de Inclusão Social e Cidadania, o seguinte:

1. Os encargos orçamentais relativos à empreitada denominada “EMP-C/1/2021 - Empreitada de Infraestruturas e Construção de 54 fogos em São Gonçalo - 3.ª Fase - Funchal”, no valor global de € 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encontram-se escalonados da forma abaixo indicada:

Ano Económico de 2021	€ 200.000,00;
Ano Económico de 2022	€ 3.500.000,00;
Ano Económico de 2023	€ 3.500.000,00.
2. As verbas necessárias para o ano económico de 2021 estão inscritas no Orçamento da IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, na Classificação orgânica 48 8 03 01 00, nas Fontes de Financiamento 387 e 392, Projetos 51181 e 51595, Medida 025, Classificação económica D.07.01.02.C0.00.
3. As verbas necessárias para o ano económico de 2022 e 2023 serão inscritas no respetivo orçamento da IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM.
4. A presente Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vice-Presidência do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares e Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania, no Funchal, aos 21 dias do mês de Julho de 2021.

O Vice-Presidente do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares, Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado

A Secretária Regional de Inclusão Social e Cidadania, Augusta Ester Faria de Aguiar

**VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E
INFRAESTRUTURAS**

Portaria n.º 410/2021

de 22 de julho

Dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pelo artigo 14.º, n.º 1, alínea f) do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, revogado pelo Decreto-Lei n.º 40/2011, de

22 de Março e reprimado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de Abril, manda o Governo Regional através do Vice-Presidente do Governo Regional e Assuntos Parlamentares e do Secretário Regional de Equipamentos e Infraestruturas, o seguinte:

- 1.º - Redistribuir os encargos orçamentais da Portaria n.º 144/2021 de 30 de março, publicada no JORAM, I Série, n.º 58 - 2.º Suplemento, referentes ao procedimento de “Conservação Corrente por Contrato - Rede Viária Regional - 2021/2024. Serviços Auxiliares de Fiscalização.”, que passam a ficar escalonados na forma abaixo indicada:

Ano económico de 2021.....	€ 15 700,00
Ano económico de 2022.....	€ 37 680,00
Ano económico de 2023.....	€ 37 680,00
Ano económico de 2024.....	€ 37 680,00
Ano económico de 2025.....	€ 6 280,00
- 2.º - A despesa relativa ao ano económico de 2021 está inscrita na rubrica da Secretaria 52, Capítulo 50, Divisão 03, Subdivisão 01, Projeto 51380, Fonte de Financiamento 381, Código de Classificação Económica 02.02.14.DS.00, do Orçamento da RAM para 2021.
- 3.º - As verbas necessárias para os anos económicos de 2022, 2023, 2024 e 2025 serão inscritas nos respetivos orçamentos.
- 4.º - Aos valores acima mencionados será acrescido o IVA à taxa legal em vigor.
- 5.º - Esta Portaria entra em vigor no dia útil seguinte ao da sua publicação.

Assinada a 15 de julho de 2021.

O Vice-Presidente do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares, Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado

O Secretário Regional de Equipamentos e Infraestruturas, João Pedro Castro Fino

**SECRETARIA REGIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E
CIDADANIA**

Portaria n.º 411/2021

de 22 de julho

Considerando a declaração do estado de emergência em todo o território nacional, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, através do Decreto do Presidente da República n.º 51-U/2020, de 6 de novembro, em consequência da pandemia da doença da COVID-19 e as suas sucessivas renovações;

Considerando o impacto da referida pandemia na realidade social e económica da Região Autónoma da Madeira;

Considerando que, na Região Autónoma da Madeira, o Governo Regional, no uso das suas competências, plasmadas no Estatuto Político Administrativo, tem adotado as medidas urgentes e de natureza cautelar, não só ao nível de saúde pública, mas também ao nível económico e social;

Considerando que, deste modo, através da Resolução n.º 70/2021, de 1 de fevereiro, foi criado o Fundo de Apoio à Economia Social - Social Ajuda + 2021, com vista a apoiar as entidades da economia social na sua adaptação, ao contexto da pandemia da doença da COVID-19, garantindo

o cumprimento das normas estabelecidas e das recomendações da Autoridade de Saúde;

Considerando ainda que a referida Resolução delegou na Secretária Regional de Inclusão Social e Cidadania a competência para a aprovação da regulamentação do referido fundo;

Considerando que, neste sentido, a Portaria n.º 43/2021, de 25 de fevereiro, procedeu à aprovação do Regulamento do Fundo de Apoio à Economia Social - Social Ajuda+ 2021;

Considerando que revela-se necessário prever expressamente que, na situação da despesa total elegível de todas as candidaturas ultrapassar a dotação orçamental prevista para o Social Ajuda+ 2021, a mesma será reduzida proporcionalmente, de acordo com o peso relativo da despesa elegível de cada candidatura.

Assim, manda o Governo Regional da Madeira, pela Secretária Regional de Inclusão Social e Cidadania, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 69.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de junho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.os 130/99, de 21 de agosto e 12/2000, de 21 de junho, conjugado com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 39.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2020/M, de 31 de dezembro, na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2020/M, de 21 de janeiro, e no n.º 3 da Resolução n.º 70/2021, de 1 de fevereiro, o seguinte:

1. É aprovada a alteração do Regulamento do Fundo de Apoio à Economia Social - Social Ajuda + 2021, em anexo à presente Portaria e que dela faz parte integrante.
2. A presente Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania, no Funchal, aos 22 dias do mês de julho de 2021.

A Secretária Regional de Inclusão Social e Cidadania, Augusta Ester Faria de Aguiar

Anexo

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO FUNDO DE APOIO À ECONOMIA SOCIAL - SOCIAL AJUDA +2021

Artigo 1.º Alteração

O artigo 6.º do Regulamento do Fundo de Apoio à Economia Social - Social Ajuda+ 2021, aprovado pela Portaria n.º 43/2021, de 25 de fevereiro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 6.º [...]

1. [...];
- a) [...];
- b) [...];
- i) [...];
- ii) [...].
- c) [...];
- d) [...].
2. [...].
3. Sem prejuízo do estabelecido no n.º 1, caso a despesa total elegível de todas as candidaturas ultrapasse a

dotação orçamental prevista para o Social Ajuda+ 2021, a mesma será reduzida proporcionalmente, de acordo com o peso relativo da despesa elegível de cada candidatura.»

Artigo 2.º Replicação

Procede-se à replicação, em anexo, do Regulamento do Fundo de Apoio à Economia Social - Social Ajuda+ 2021, aprovado pela Portaria n.º 43/2021, de 25 de fevereiro, com a alteração introduzida pela presente Portaria.

ANEXO REGULAMENTO DO FUNDO DE APOIO À ECONOMIA SOCIAL - SOCIAL AJUDA +2021

Artigo 1.º Objeto

O presente regulamento define as normas e os procedimentos aplicáveis ao Fundo de Apoio à Economia Social - Social Ajuda + 2021, adiante designado abreviadamente por Social Ajuda+ 2021.

Artigo 2.º Âmbito

O Social Ajuda+ 2021 visa apoiar as entidades da economia social da Região Autónoma da Madeira (RAM), na adaptação das suas instalações e no funcionamento dos seus serviços, ao contexto da pandemia da doença da COVID-19, garantindo o cumprimento das normas estabelecidas e das recomendações emanadas pela Autoridade de Saúde.

Artigo 3.º Objetivos

O Social Ajuda + 2021 tem os seguintes objetivos:

- a) Capacitar as entidades da economia social, no âmbito da prevenção, contenção e mitigação da pandemia da doença da COVID-19;
- b) Reforçar a segurança nas entidades da economia social, que asseguram respostas sociais, de modo a minorar os efeitos da pandemia da doença da COVID-19;
- c) Colmatar as carências das entidades da economia social, assumindo os custos acrescidos com a retoma do seu normal funcionamento, nomeadamente na aquisição e instalação de equipamentos de higienização;
- d) Alargar os mecanismos de defesa das crianças e jovens em risco, das pessoas com deficiência e das pessoas idosas, nomeadamente residentes em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas ou utentes de Centros de Dia e Centros de Convívio, face à situação de pandemia da doença da COVID-19, por forma a evitar a sua propagação.

Artigo 4.º Entidades beneficiárias

São entidades beneficiárias do Social Ajuda+ 2021, as entidades da economia social, designadamente com as valências de Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) ou de Cuidados Continuados, Centros de Dia, Centros de Convívio, Casa de Acolhimento para Crianças e Jovens e outras respostas dedicadas a famílias carenciadas, a pessoas idosas, a pessoas portadoras de deficiência e a crianças e jovens em risco.

Artigo 5.º Requisitos de acesso

As entidades beneficiárias devem reunir os seguintes requisitos de acesso:

a) Encontrar-se legalmente constituída a 31 de dezembro de 2020;

b) Ter a situação tributária e contributiva regularizada perante a administração fiscal e a segurança social.

Artigo 6.º

Critérios de elegibilidade do projeto

1. O projeto apresentado no âmbito do Social Ajuda+ 2021 deve cumprir os seguintes critérios de elegibilidade:

a) Ser implementado na Região Autónoma da Madeira;

b) Corresponder à realização de uma despesa elegível máxima, sem prejuízo do estipulado no n.º 2 do presente artigo, nos seguintes termos:

i. Até 100.000,00 €, no caso da entidade beneficiária possuir a valência de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) ou Cuidados Continuados, Centro de Dia, Centro de Convívio, Casa de Acolhimento para Crianças e Jovens ou disponibilize serviço de ajuda domiciliária;

ii. Até 35.000,00 €, nas restantes situações.

c) Ser executado, no máximo, até 31 de dezembro de 2021;

d) Estar em conformidade com as disposições legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis.

2. Os limites definidos na alínea b) no número anterior do presente artigo podem ser excedidos, mediante a apresentação de candidatura de valor superior a um dos mesmos, consoante o caso, quando após a análise de todas as candidaturas, a dotação orçamental prevista para o Social Ajuda+ 2021 não seja esgotada na totalidade, podendo a verba remanescente ser distribuída proporcionalmente pelas entidades beneficiárias, cujo valor a atribuir tenha sido reduzido por força da aplicação do critério limite em apreço.

3. Sem prejuízo do estabelecido no n.º 1, caso a despesa total elegível de todas as candidaturas ultrapasse a dotação orçamental prevista para o Social Ajuda+ 2021, a mesma será reduzida proporcionalmente, de acordo com o peso relativo da despesa elegível de cada candidatura.

Artigo 7.º

Despesas elegíveis

1. São elegíveis as despesas realizadas entre o dia 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, com:

a) Aquisição de equipamentos de proteção individual, para utilização pelos trabalhadores e utentes em espaços, com ou sem atendimento ao público, nomeadamente máscaras, luvas, viseiras e outros;

b) Aquisição e instalação de equipamentos de higienização e de dispensa automática de desinfetantes, bem como respetivos consumíveis, nomeadamente solução desinfetante;

c) Contratação de serviços de desinfeção das instalações;

d) Reorganização e adaptação de locais de trabalho e de layout de espaços, às orientações e boas práticas do atual contexto, nomeadamente a instalação de portas automáticas, adoção de soluções de iluminação e de dispensadores por sensor e criação de áreas de contingência;

e) Isolamento físico de espaços de utilização de trabalhadores, utentes e visitantes, nomeadamente a instalação de divisórias entre equipamentos, zonas de produção, secretárias, postos ou balcões de atendimento;

f) Aquisição e instalação de outros dispositivos de controlo e distanciamento físico;

g) Aquisição e colocação de informação e orientação aos trabalhadores, utentes e ao público, incluindo sinalização vertical e horizontal, no interior e exterior dos espaços;

h) Aquisição de serviços de consultoria especializada para o redesenho do layout das instalações e para a elaboração de planos de contingência e manuais de boas práticas;

i) Aquisição e instalação de equipamentos para a monitorização de parâmetros vitais que permitam detetar sintomas da COVID-19;

j) Realização de ações de formação profissional para os trabalhadores e ações de sensibilização para os utentes;

k) Contratação temporária de colaboradores para dar resposta às novas exigências de organização e funcionamento dos serviços no contexto da pandemia da doença da COVID-19, de forma a garantir o cumprimento das normas estabelecidas e das recomendações emanadas pela Autoridade de Saúde;

l) Aquisição e/ou realização de testes à COVID-19 de colaboradores e utentes;

m) Despesas acrescidas com tratamento de lixo, designadamente os custos com a recolha e tratamento de resíduos hospitalares;

n) Outras despesas enquadráveis no âmbito do apoio a conceder, desde que devidamente fundamentadas.

2. A elegibilidade da despesa referida na alínea j) do número anterior, fica condicionada à verificação das seguintes situações:

a) O valor hora/formação não exceda o montante de 20,00 €, ao qual poderá acrescer IVA;

b) Os custos associados à gestão da formação, não excedam 10% do valor total da mesma;

c) Cada ação de formação não tenha menos de 8 participantes;

d) O número total de horas de formação apoiadas, não seja superior a 120 horas por ano.

3. Todas as despesas incorridas pelas entidades beneficiárias na execução do projeto devem ser suportadas por documentos probatórios fiscalmente aceites.

Artigo 8.º

Despesas não elegíveis

Constituem despesas não elegíveis:

a) Aquisição de bens em estado de uso;

b) Pagamentos ao Estado e à Região Autónoma da Madeira;

c) Despesas fixas de funcionamento;

d) Aquisição de bens ou serviços não enquadráveis no âmbito do apoio a conceder;

e) Despesas comparticipadas por outros apoios de outras entidades locais, regionais e/ou nacionais.

Artigo 9.º

Apresentação e análise de candidaturas

1. As candidaturas ao Social Ajuda+ 2021 são elaboradas sob a forma de projeto, através da entrega de formulário disponibilizado, acompanhado dos documentos exigidos, por correio eletrónico ou presencialmente, na sede da Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania (SRIC).

2. A candidatura deve ser acompanhada dos seguintes documentos:

a) Estatutos atualizados;

b) Ata de eleição e de tomada de posse dos órgãos sociais;

c) Documentos comprovativos da situação tributária e contributiva regularizada;

d) Comprovativo de IBAN.

3. A apresentação de faturas ou outros documentos comprovativos de despesas, apenas é exigida aquando da entrega do relatório de atividades e de execução financeira,

nos termos previstos na alínea a) do artigo 13.º do presente Regulamento.

4. O prazo de apresentação das candidaturas é definido por Despacho da Secretária Regional de Inclusão Social e Cidadania.

5. A análise das candidaturas é efetuada por um Grupo de Trabalho constituído para o efeito.

6. O Grupo de Trabalho referido no número anterior pode solicitar quaisquer esclarecimentos ou elementos considerados indispensáveis para uma correta análise das candidaturas.

7. As entidades beneficiárias têm o prazo de 2 dias úteis para apresentar os esclarecimentos e elementos referidos no número anterior, sob pena das candidaturas serem excluídas.

Artigo 10.º

Aprovação das candidaturas

1. A aprovação das candidaturas está sujeita ao cumprimento dos seguintes critérios:

a) O âmbito do projeto contribuir para a concretização dos objetivos do Social Ajuda+ 2021;

b) Observância dos requisitos de acesso das entidades beneficiárias e dos critérios de elegibilidade do projeto, nos termos do disposto nos artigos 5.º e 6.º;

c) As despesas elegíveis serem realizadas no prazo estipulado;

d) Existir dotação orçamental.

2. A aprovação da candidatura é da competência da Diretora Regional dos Assuntos Sociais.

3. As candidaturas podem ser indeferidas, nomeadamente por:

a) Inobservância dos requisitos de acesso das entidades beneficiárias e dos critérios de elegibilidade do projeto, nos termos do disposto nos artigos 5.º e 6.º;

b) Insuficiência dos documentos exigidos, nos termos do artigo 9.º;

c) Indisponibilidade orçamental.

Artigo 11.º

Atribuição de apoio financeiro

A atribuição de apoio financeiro às entidades beneficiárias, cujos projetos sejam aprovados, está condicionada à autorização do Conselho de Governo, após a emissão de parecer prévio favorável, do departamento do Governo Regional com a tutela das Finanças, sendo formalizada através de Contrato-Programa, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 12.º

Financiamento

O Social Ajuda + 2021 é financiado pelo orçamento da DRAS, tendo por limite a dotação orçamental atribuída mediante a Resolução n.º 70/2021, de 1 de fevereiro.

Artigo 13.º

Deveres dos beneficiários

Constituem deveres dos beneficiários:

a) Cumprir com rigor o projeto aprovado e apresentar relatório de atividades e de execução financeira, devendo o mesmo vir acompanhado dos respetivos comprovativos;

b) Permitir o acesso aos locais de realização do projeto e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo do projeto aprovado;

c) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competências para a análise, verificações de gestão, acompanhamento, controlo e auditoria;

d) Proceder à devolução das verbas, nos casos em que isso for exigível.

Artigo 14.º

Interpretação de dúvidas e integração de lacunas

As dúvidas e a eventual resolução de lacunas suscitadas pela aplicação do presente regulamento são decididas pela Secretária Regional de Inclusão Social e Cidadania, sob proposta da DRAS.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas.....	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas	€ 38,56 cada	€ 231,36

EXEMPLAR

A estes valores acresce o imposto devido.

ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	Anual	Semestral
Uma Série	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries.....	€ 63,78	€ 31,95;
Completa.....	€ 74,98	€ 37,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA
IMPRESSÃO
DEPÓSITO LEGAL

Gabinete do Jornal Oficial
Gabinete do Jornal Oficial
Número 181952/02

Preço deste número: € 1,83 (IVA incluído)